



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA 2			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1444/16	DATA: 23/11/2016	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 11h53min	TÉRMINO: 13h21min	PÁGINAS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Definição do Roteiro de Trabalho do Relator.
Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.
Houve intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio — FUNAI e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos termos que especifica. Trata-se da CPI da FUNAI e INCRA.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída a cópia da ata da 2ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está dispensada a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, gostaria de fazer a seguinte questão de ordem: a reunião destinada à eleição da Mesa da CPI iniciou-se antes de se atingir o quórum. Nós chegamos até a debater sobre o fato naquela reunião. Nós entramos com um requerimento junto à Mesa da Câmara, mas até agora não obtivemos resposta. Então, nós vamos tocar em frente esta sessão sabendo que ela está *sub judice*, que não tem uma resposta ou um retorno ainda da Mesa da Câmara? A não ser que V.Exa. já tenha recebido alguma resposta da Presidência da Câmara com relação à questão de ordem que o Deputado Paulão encaminhou na semana retrasada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A questão de ordem formulada foi para a Presidência da Casa. A Presidência da Casa pediu à assessoria da nossa Presidência informações a respeito do tema. Nós fornecemos as informações e está pendente de decisão da Presidência da Casa. Portanto, a CPI segue normalmente. Imaginem V.Exas. se a Câmara tivesse que parar a cada questão de ordem não respondida!

Nós certamente vamos continuar nossa reunião até que venha a decisão da Presidência da Casa. Nós informamos os acontecimentos do dia e respondemos os questionamentos da questão de ordem formulada pelo citado Parlamentar.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Mas eu volto a perguntar, Sr. Presidente: se a Mesa da Câmara — essa é uma questão para a qual temos que obter uma



resposta rápida — decidir que tem que se fazer novamente a eleição, qual o sentido desta reunião de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, eu não posso trabalhar sob hipótese. A eleição aconteceu. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem Presidência, direção e toda legitimidade para continuar — e vai continuar.

A questão de ordem de V.Exa. está respondida e, portanto, dou segmento à nossa reunião.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não está respondida a questão de ordem. A questão de ordem não foi encaminhada para a Presidência desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, a questão de ordem foi encaminhada à Mesa, e a Mesa tomará a decisão. Esse tema é uma matéria vencida. Enquanto nós não tivermos a resposta da Presidência, a Comissão Parlamentar de Inquérito seguirá o seu trabalho normalmente. Nós não trabalharemos sob hipótese.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, eu peço que a questão de ordem que eu trouxe agora para esta reunião, que obteve o entendimento de que está *sub judice*, seja registrada em ata, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo, Deputado, da questão de ordem de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Que artigo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo que ampara a questão de ordem que V.Exa. está formulando?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estou dizendo que tem uma questão de ordem que está colocada lá. Eu só peço que seja colocado na ata...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está vencida. A sua manifestação está em ata, porque a manifestação está na reunião e constará em ata.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu peço isso porque, na CPI passada, não era comum constar em ata tudo aquilo que se falava aqui. Por isso, eu estou pedido aqui expressamente que seja registrado em ata.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esta Presidência informa o recebimento dos seguintes documentos:

Ofício nº 230, encaminhado pela Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, comunicando a saída do Deputado Heitor Schuch, do PSB, como Suplente da CPI.

Ofício encaminhado pela Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, comunicando a indicação do Deputado Ricardo Tripoli, do PSDB, como membro titular da CPI — FUNAI e INCRA.

Mensagem eletrônica do Deputado Evandro Roman, justificando ausência na reunião ocorrida no período de 1º a 13 de novembro de 2016, por estar em missão oficial autorizada.

Memorando nº 314/2016, da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, em resposta à solicitação da Comissão, indicando os Consultores Daniel Chamorro Petersen, Fernando Carlos Wanderley Rocha e Lucas Azevedo de Carvalho para prestarem assessoramento à CPI.

Ofício nº 54/2016, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, em resposta à solicitação da Comissão indicando o Consultor Fidelis Antônio Fantin Júnior para prestar assessoria à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ofício do gabinete da Deputada Tereza Cristina, justificando ausência na reunião do dia 25/10/2016.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à definição do roteiro dos trabalhos e apreciação dos requerimentos constantes da pauta.

Definição do roteiro de trabalho.

Antes de franquear a palavra ao Sr. Relator e aos senhores membros para a elaboração do roteiro dos nossos trabalhos, esta Presidência informa que foi encaminhado ao gabinete de todos os Parlamentares membros da CPI a proposta de acordo de procedimentos formulada pela Presidência, conforme anunciado na 2ª reunião.

Havendo concordância dos Parlamentares, estará desde já definido este acordo como norteador dos trabalhos da Comissão.



Ainda quanto à organização dos trabalhos, nos termos do art. 41, inciso VI, e do art. 57, inciso II, do Regimento Interno da Casa, esta Presidência está criando duas sub-relatorias cujos temas encontram-se previstos no requerimento de criação da CPI.

Para sub-relatoria que atuará na verificação da atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI na demarcação de terras indígenas, designo o Deputado Valdir Colatto. Para a sub-relatoria que atuará na verificação da atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, nas questões relativas à reforma agrária e terras reclamadas por remanescentes de quilombos, designo a Deputada Tereza Cristina.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Nilson Leitão, para suas considerações.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, rapidamente vou expor aqui o plano de trabalho.

Por meio do Requerimento nº 16/2015, a Câmara dos Deputados criou a presente Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, prorrogável pela metade, investigar a Fundação Nacional do Índio — FUNAI e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, principalmente nos seguintes aspectos: critérios para a demarcação de terras indígenas, critérios para a demarcação de terras remanescentes de quilombos; conflitos sociais e fundiários no processo de demarcação de terras indígenas e em áreas remanescentes de quilombos; relacionamento da FUNAI e do INCRA com outros órgãos públicos e organizações não governamentais (ONGs); apurações de denúncias de interesse do setor imobiliário; demarcação de áreas remanescentes de quilombos.

Composta por 30 membros titulares e garantida vaga para a representação de bancada não contemplada pelo critério da proporcionalidade e igual número de suplentes, esta CPI foi instalada no dia 11 de novembro passado, ocasião em que foi eleito Presidente o Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O Presidente me indicou como Relator, o que foi aceito pelo Plenário da Comissão. Nessa condição, elaborei o presente plano de trabalho.

Propósito das CPIs e estratégias de investigação. Inicialmente, cumpre registrar que as investigações parlamentares respondem ao propósito de fazer com



que cada uma das Casas do Congresso Nacional, separadamente, acumule as informações necessárias para que possa agir com acerto e eficácia no exercício das duas grandes atribuições que a Constituição Federal lhe conferiu, a legislação e o controle dos atos do Poder Executivo.

Nessa medida, não são as investigações empreendidas pelos órgãos do Poder Legislativo um fim em si mesmas, constituindo, antes, um importante meio preparatório para a produção de normas ou para a tomada de medidas que permitam alterar um determinado estado de coisas. Tudo isso se opera com base nos dados obtidos por meio das investigações.

Assim sendo, com o fito de cumprir esse relevante mister, a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, autorizada pelo § 3º do art. 58 da Constituição Federal, que lhe atribui poderes de investigação próprios das autoridades judiciais para a apuração de fatos ou de fatos determinados e por prazo certo, procederá, após a aprovação dos respectivos requerimentos, aos seguintes atos e diligências, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários às investigações: requisitar da Fundação Nacional do Índio — FUNAI, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA e de outros órgãos e entidades públicas e privadas relacionados às investigações informações e documentos; requerer a convocação de Ministros de Estado; tomar o depoimento de outras autoridades federais; estudar os critérios atualmente utilizados na demarcação de terras indígenas e de terras remanescentes de quilombos, bem como analisar os ditames legais e infralegais por meio dos quais eles são instituídos e suas compatibilidades com a prescrição constitucional de regência; apurar as causas e os efeitos dos conflitos sociais e fundiários no processo de demarcação de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombos; analisar as interações entre FUNAI, INCRA e outros órgãos públicos e entre FUNAI e INCRA e organizações não governamentais (ONGs), entidades civis sem fins lucrativos e assemelhadas, verificando inclusive a ocorrência de repasses, financiamentos, patrocínios ou qualquer outra forma de transferência de recursos públicos entre eles; averiguar as denúncias relacionadas às demarcações de áreas remanescentes de quilombos e outras; promover visitas técnicas aos Estados do Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná, Roraima e outros onde estiverem ocorrendo



demarcações e conflitos; analisar as despesas da FUNAI e do INCRA com a locação de aeronaves e veículos e outras relacionadas ao desempenho de suas atividades; realizar reuniões de audiência pública nos Estados membros e, caso se faça necessário, no Distrito Federal; identificar e analisar as proposições legislativas relacionadas ao objeto da CPI que se encontram tramitando nesta Câmara dos Deputados.

Para a consecução dos seus objetivos institucionais, todos os ilustres Deputados membros desta CPI estão chamados a participar ativamente em seus trabalhos, para que se colham elementos robustos de prova aptos a sustentarem adequadamente suas conclusões.

Imbuído desse intuito, o Colegiado fará reuniões administrativas, nas quais deliberará sobre os requerimentos que lhe forem submetidos, além de realizar sessões de oitivas e de audiências públicas para a tomada de depoimentos e a coleta de subsídios técnicos para a confecção do relatório final, do qual poderão constar recomendações e propostas legislativas.

O relatório final, se for o caso, poderá ser encaminhado ao Ministério Público, para que este, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores, bem como a outros órgãos responsáveis pela tomada das providências apontadas pela CPI.

As reuniões serão convocadas com antecedência e contarão com pauta específica, devendo ocorrer nos horários e locais definidos pela Presidência.

Conclusão.

As atividades previstas neste plano de trabalho visam conferir efetividade à investigação parlamentar que se inicia e com relação à qual será assegurada a observância dos preceitos constitucionais relacionados aos direitos e garantias fundamentais.

Pretende-se levar a efeito a consecução de um trabalho de cunho técnico, com eficiência e capacidade de fazer um diagnóstico correto sobre o tema no Brasil de hoje, identificando-se a verdade real e obtendo resultados que permitam que esta Casa Legislativa exerça os atos que são de sua competência, além de fazer os encaminhamentos e as recomendações cabíveis a quem de direito.

Sala das sessões, em 23 de novembro de 2016.



O Relator assina este plano de trabalho, Sr. Presidente.

Coloco-me à disposição de todos os membros e de V.Exa. para qualquer complemento que possa colaborar com esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra, para se manifestar a respeito do roteiro de trabalho apresentado, o Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, caros colegas, primeiro quero parabenizar todos os membros desta CPI, especialmente aqueles que se dedicaram à sua reinstalação.

Nós poderíamos ter avançado muito mais se não tivéssemos tido problemas no meio do caminho, os quais resultaram em sua não prorrogação. Se tivesse sido prorrogada esta CPI, nós já estaríamos muito mais adiante e resolvendo problemas do Brasil por inteiro.

Eu queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para registrar as presenças aqui entre nós do ex-Prefeito e do atual Prefeito de Terra Roxa, no Paraná, o Altair e o Ivan, dois companheiros e amigos que me incentivaram inclusive a promover um encontro — a Deputada Tereza Cristina e o Deputado Valdir Colatto estiveram conosco lá em Guaíra, no ano passado, em evento onde estiveram também representantes do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul — para defender terras de produtores rurais.

Nós nunca fomos e não seremos, de forma alguma, contrários à cultura ou às terras indígenas, mas nós somos também a favor dos produtores rurais.

Então, eu queria registrar aqui as presenças do Altair, do Ivan e também de pessoas ligadas à Universidade Federal do Paraná, daquela região que também tem nos ajudado, e muito, a estruturar a agricultura no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Josué Bengtson.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - Sr. Presidente, queremos parabenizar a recriação da CPI, principalmente por manter V.Exa. na Presidência e o Deputado Nilson Leitão como Relator, que já estão por dentro do assunto.

Mas eu quero fazer menção aqui a um fato sobre o qual vamos ter que nos debruçar nesta CPI — trata-se daquele caso de São Félix do Xingu, do Apyterewa.



Eu estive, há menos de um mês, em São Félix, no Distrito da Taboca, que está a 20 ou 30 quilômetros da Aldeia Apyterewa. Lá tive a oportunidade de conversar com dois caciques. A minha ida lá não foi para isso, eu fui para tratar de outros assuntos. Sou pastor e fui visitar a igreja. Sou um defensor das minorias, mas ali foi feito um absurdo tremendo, Sr. Relator. Lá havia uma reserva de mais de 200 mil hectares para menos de 900 índios — ou muito menos —, reserva que foi simplesmente ampliada para quase 1 milhão de hectares.

O que está acontecendo lá é que os próprios índios, em comum acordo com os proprietários que estão ameaçados de serem expulsos de lá — proprietários que estão na área há 30 ou 40 anos, inclusive um assentamento do INCRA está lá dentro —, estão fazendo um mapa para apresentar ao Congresso Nacional, concordando com a diminuição da reserva. Eles concordam que seja feita uma linha divisória que delimite até onde devam ir as terras deles. Eles, portanto, de livre e espontânea vontade, abrem mão em favor dos produtores que estão lá há 40 anos.

O Município de São Félix do Xingu tem o maior rebanho bovino do Brasil, com 2 milhões de cabeças de gado. Grande parte desse rebanho está naquela região, onde há 30, 40, 50 anos famílias laboram.

Eu quero só fazer esse registro: eles próprios estão arrumando uma saída pacífica. Durante o tempo em que ficaram lá a Força Nacional e a Polícia Federal houve problemas, encrencas, demolição de casas, expulsão de famílias, ações com as quais os próprios índios não concordam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, assim que nós tivermos aprovado os requerimentos, podemos certamente tratar dessa questão.

Como se trata de um acordo que pacifica a região, este fato tem prioridade absoluta na Comissão Parlamentar de Inquérito. Poderíamos, então, ter uma Comissão Externa liderada por V.Exa. e por outros Parlamentares que quiserem se fazer presentes, para, *in loco*, selar esse acordo e apresentá-lo aos órgãos responsáveis do Governo Federal.

Com a palavra o Deputado Patrus Ananias, por 3 minutos,

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, nós ouvimos atentamente a exposição do Deputado Nilson Leitão, o Relator, com relação ao plano de trabalho.



A avaliação que fazemos, com todo o respeito ao nobre Relator, é que foi feita corretamente uma justificação da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas seguramente nós teríamos que refletir mais e debater sobre o plano de trabalho desta CPI. Uma CPI, dentro de uma Casa Legislativa, é um espaço de reflexão, de debate, de busca de convergências e soluções consensuais, sempre na perspectiva do interesse nacional, do bem comum, do interesse público.

Nós sabemos que a terra é um espaço de conflitos na história do Brasil e de todos os povos. Aqui no Brasil nós temos a questão indígena, a questão dos quilombolas, das populações tradicionais, terras não regularizadas, etc., portanto, o nosso dever aqui é buscar para esses conflitos soluções democráticas, soluções pacificadoras e consensuais.

Em face dessas ponderações, com todo o respeito, eu solicito que tenhamos um prazo maior — um prazo de uma semana — para examinar com mais calma o plano de trabalho e apresentar as nossas ideias, sugestões, sempre nessa perspectiva de cooperarmos.

O plano de trabalho não foi disponibilizado com antecedência. Nós não o recebemos antes. Ele foi lido aqui. Portanto, penso que será de bom alvitre — e que atenderá às exigências democráticas, constitucionais e regimentais — que nós tenhamos um prazo maior para nos debruçarmos sobre o plano de trabalho e aportarmos também, na perspectiva do interesse público, as nossas colaborações para que o plano de trabalho seja o mais eficaz e o mais correto possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Patrus Ananias, o plano de trabalho é uma manifestação de vontade da relatoria. Ele sequer vai à votação. Ele é apreciado pelos pares para que eles tenham conhecimento.

É claro que, a qualquer tempo, qualquer Parlamentar — até porque a CPI muda, durante o período, dependendo das circunstâncias, os objetos e vai trabalhar com coisas que não estavam previstas — desta Comissão Parlamentar de Inquérito pode oferecer sugestão de modificação ao plano de trabalho. Repito que, a qualquer tempo, não apenas na próxima, até o final da CPI, se acharmos que o instrumento de trabalho que temos, que o plano não é suficiente para contemplarmos as nossas expectativas, perfeitamente poderemos oferecer ao Relator sugestão de modificação.



O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS - Eu peço a V.Exa., então, Sr. Presidente, já agradecendo as suas ponderações e o tratamento respeitoso dado à minha intervenção, que faça distribuir aos membros da Comissão o plano apresentado aqui pelo Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com certeza. Estará disponível ainda hoje o plano de trabalho, para que V.Exas. possam fazer apreciação e oferecer sugestões ao Relator, caso queiram.

Com a palavra o Deputado João Daniel.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, eu queria apenas dizer do nosso interesse em receber o relatório feito pelo Relator e poder debater-lo.

Nós fazemos parte da Coordenação do Núcleo Agrário da nossa bancada e temos ouvido as lideranças de movimentos sociais, de movimentos indígenas, que ficam preocupadas com mais uma CPI.

A nossa preocupação é no sentido de que não se trate de uma CPI para perseguir dois órgãos que estão desestruturados, que precisam ser estruturados, para cuidar daquilo que é um patrimônio fundamental da história e da cultura brasileira, que são os povos do campo, os povos indígenas, as comunidades tradicionais, os quilombolas.

Através do INCRA e da FUNAI, grande parte das políticas eram implementadas. Digo “eram”, porque nós estamos vendo um Governo fraco no que se refere às políticas sociais, às políticas agrárias, às políticas indígenas.

Há uma preocupação, por isso nós temos o interesse de receber este relatório e dar a nossa opinião, a nossa contribuição. Participaremos da reunião. Nesta Casa houve quatro CPIs que trataram deste assunto, tendo a maioria delas sido contra os movimentos sociais. Nós esperamos que a bancada ruralista mais ligada ao agronegócio tenha a clareza de que esse tipo de CPI, se caminhar rumo à perseguição de movimento social, de indígenas, terá também outro objetivo: prejudicar o agronegócio brasileiro. O agronegócio brasileiro vende, exporta para o mundo inteiro. Esses países também querem saber como está sendo produzido, como está sendo tratada a política nacional.

Eu estou vindo da Comissão de Agricultura agora. Acredito que nós estamos aqui para contribuir, para dar ideias a este relatório, mas, ao mesmo tempo para



defender, com muita firmeza, que nós queremos um Estado com órgãos públicos e autarquias que sirvam para implementar políticas nacionais, principalmente para os mais pobres deste País, que são os povos indígenas, os quilombolas, os sem-terra, os posseiros, os ribeirinhos, que são cuidados por esse dois órgãos.

Nesse sentido, Sr. Relator, nós gostaríamos de ter acesso ao relatório, à proposta, para dar a nossa contribuição e participar deste debate com a clareza de que não pode acontecer o que já aconteceu em outras CPIs. Algumas tiveram objetivo mais de perseguir do que de tentar resolver ou buscar alguma solução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Marcos Montes para fazer sua manifestação, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Sr. Presidente, inicialmente eu iria só me manifestar em relação à reinstalação desta CPI, uma CPI extremamente importante. Posteriormente, eu queria me manifestar pela sensatez — qualidade que lhe é peculiar — do Ministro Patrus Ananias. Eu o conheço de longa data.

Eu queria, Ministro, mais uma vez, parabenizá-lo pela forma muito elegante de defender suas ideais. Eu queria destacar isso. A minha participação seria só nesse sentido.

No entanto, em razão da fala do Deputado que me antecedeu, eu sou obrigado a fazer algumas reflexões que nos remetem à instalação desta CPI e ao andamento da CPI antiga, que foi interrompida quando buscávamos, num Governo do qual estávamos do lado contrário, na oposição, dar essa luz aos movimentos sociais, o que infelizmente não estava acontecendo naquele momento.

Disse o Deputado que me antecedeu que este Governo é fraco, mas ele começa com uma nova perspectiva, com uma nova direção, tanto do INCRA quanto da FUNAI, para que possamos realmente dar a essas instituições a responsabilidade que lhes é devida e para o que foram criadas. Em outros tempos, Ministro Patrus, foram conduzidas de forma muito serena. Infelizmente, isso não progrediu por muito tempo e, quando se instalou esta CPI e se foi buscar algumas situações, era para dar conforto.

V.Exa. e eu já fomos Prefeitos. Todos nós, quando estamos à frente dessas novas responsabilidades, sempre fazemos uma auditoria externa para saber diante



do que nos encontramos. Quem sabe, Sr. Relator, Sr. Presidente, esta CPI possa sim ser uma espécie de auditoria que nós vamos apresentar à nova direção do INCRA, à nova direção da FUNAI, mas com responsabilidade.

Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. foi muito criticado e perseguido naquele momento em que colocou alguns problemas em relação à situação de alguns Procuradores que faziam do seu cargo um instrumento que não era devido. Coincidentemente, nós começamos esta CPI no momento em que estamos discutindo esse projeto que trata das 10 Medidas contra a Corrupção.

Eu, Ministro Patrus Ananias, fiquei extremamente feliz com a serenidade, a responsabilidade e a ousadia de um Deputado do PT, um amigo, o Deputado Paulo Teixeira. E tenho grandes amigos no partido. Lá ele coloca que a Procuradoria e o Ministério Público não vão emparedar os Deputados, sejam eles de que partido forem. Eu acho que essa posição do Deputado Paulo Teixeira nos dá um novo alento para enfrentarmos essas situações.

Se esta CPI aqui encontrou problemas graves na Procuradoria, que são sujeitos e submetidos a algum processo de denúncia, nós temos que aplaudir essa descoberta. Está aí esta colocação feita ontem ou anteontem pelo Deputado Paulo Teixeira com relação às medidas anticorrupção.

Eu fico feliz! Que nós sigamos nesta CPI com serenidade, com maturidade, para buscarmos ajudar o Brasil a resolver um problema que é antigo e que não se resolve de qualquer jeito.

O Deputado Valdir Colatto sempre batalhou pela regulação fundiária neste País. Nós estamos hoje, na nossa Frente, tratando de um tema específico para regulação fundiária.

Parabéns! Sucesso a todos nós! Com serenidade, nós vamos ajudar o Brasil nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Só temos mais três Deputados inscritos. Estão encerradas as inscrições.

Concedo a palavra ao Deputado Marcon, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui o Coordenador da Frente Parlamentar do Agronegócio confirmou a minha tese. Esta CPI é a do continuísmo, já que sua hierarquia foi feita com a mesma Mesa, com os



mesmos nomes. É a chapa branca na outra eleição sobre a qual tenho falado. Será que nenhum Sub-Relator poderia ser da chapa amarela ou da chapa vermelha? Não poderia, Sr. Presidente, tirar um Sub-Relator da chapa branca?

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - É chapa puro-sangue.

O SR. DEPUTADO MARCON - Tem que ser da chapa puro-sangue, como estão dizendo aí?

Então, esta CPI já nasce com vício e não nasce para fortalecer aqui o trabalho sério que ela deveria fazer. Eu espero que esta CPI possa ir para os Municípios, para qualquer área, porque o Parlamentar tem este papel e tem este direito. O mandato permite que ele ande por onde bem entender. Mas que nós pudéssemos ir para os Estados, a fim de pacificar as áreas.

Mas quem o conhece sabe que sua prática não é essa, Sr. Presidente. Não é essa! Eu gostei da sua frase quando falou sobre pacificar. *“Opa! O Deputado Alceu Moreira mudou!”* (Risos.) Se não mudou desde que nos conhecemos, não vai mudar hoje, Sr. Presidente. Não vai!

Eu não sou contra a construção de um acordo com a comunidade A, B ou C. Pelo contrário, como diz o Papa, quando há harmonia entre os trabalhadores, não há problema para reconhecer ninguém. Então, esta CPI da FUNAI e INCRA contra os pobres, os negros, os sem-terra e os índios não tem harmonia. Eu tenho certeza de que não tem.

Espero que, ao final dos 4 meses, eu diga o contrário. Eu gostaria de dizer o contrário. Mas quem o conhece sabe que não é isso, Sr. Presidente. Lá no Rio Grande do Sul, onde estive a CPI, a comunidade ficou dividida de forma pior do que estava antes.

E pergunto aqui, mais uma vez: será que nenhum Deputado poderia sair da chapa branca, com a qual se identifica o agronegócio, para ficar no meio termo e ser Sub-Relator? Será que não há ninguém com essa capacidade para fazer um relatório? É isso o que eu pergunto.

Quero, nesta Semana da Consciência Negra, que esta CPI ajude os quilombolas. Eu acho que é isto o que nós poderíamos dizer para a sociedade brasileira, para os negros, para os quilombolas, para os que lutam pela igualdade racial na Semana da Consciência Negra: *“Nós queremos contribuir, nós queremos*



apaziguar, nós queremos parar de ver negras e negros mortos neste País, seja onde for”.

Sou militante de movimento social, V.Exas. sabem que eu tenho lado nessa questão. Dinheiro público tem que ser respeitado. Se teve níquel para os pequenos, para os grandes sempre teve dólar. Então, nós temos que investigar não só o dinheiro que foi para os pequenos, mas também o que foi para os grandes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado. Ainda bem que não é o Presidente que está em julgamento, é a CPI que vai apurar os fatos. Então, as suas considerações com relação ao meu comportamento não fazem nenhuma diferença.

Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção, que dispõe de 3 minutos.

Logo depois, falará o Deputado Assis do Couto. Ambos estão inscritos para se pronunciarem antes da apreciação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando se iniciou esta CPI, há um tempo, nós dizíamos que era a CPI do fim do mundo, porque não tinha objetivo concreto, nem fato determinado para investigar. Hoje, depois que o Deputado Nilson Leitão leu o plano de trabalho, eu quero apresentar aqui justamente aquilo que nós caracterizávamos um tempo atrás.

A primeira fase desta CPI durou aproximadamente 10 meses. A CPI tem duração de 120 dias, ou seja, 4 meses, mas ela foi prorrogada mais três vezes, completando 10 meses. Agora já está prorrogada novamente — porque é uma continuidade — por mais 4 meses. Então vai ser uma CPI de 14 meses, no mínimo, sem contar que ainda poderá ser prorrogada por mais três vezes ainda. Esta é uma CPI que se iniciou, mas não tem data, nem período, nem tempo para terminar. Essa é a grande verdade.

E qual é a consequência disso? A paralisação total das questões indígenas, quilombolas e da reforma agrária. Está paralisada a reforma agrária no País. A demarcação das terras indígenas está aí. Os índios estão aqui do lado de fora tentando participar da CPI, mas não podem participar, não podem entrar porque não têm autorização para entrar na Casa do Povo.

Para que serve uma CPI com essa característica? Ou os Deputados aqui têm medo de conversar, de atender e de ouvir os índios, ou querem fazer uma CPI sem



o povo, simplesmente para utilizar a burocracia interna do INCRA ou da FUNAI, onde quer que seja, para penalizar, perseguir e criminalizar os indígenas, os quilombolas.

Eu acho que esse debate é muito sério, porque nós aqui, enquanto Deputados Federais, temos a responsabilidade de investigar, temos a responsabilidade de cada vez mais dar transparência às ações perante a população, mas nós não podemos ser responsáveis pela paralisação do processo de demarcação de terra, pela paralisação da reforma agrária. E esta CPI está paralisando tudo, já paralisou tudo durante todo esse período.

Então a responsabilidade é de V.Exas. que são do Governo, que são do agronegócio. V.Exas. são responsáveis por paralisar a demarcação das terras indígenas e quilombolas e, sobretudo, a reforma agrária neste País. Então V.Exas. são responsáveis por colocar os acampados, os assentados, os indígenas e os quilombolas em uma situação muito difícil neste País. Isso vai obrigar esses grupos cada vez mais a se organizarem, a lutarem pelos seus direitos, a reivindicarem. Isso cada vez mais vai dividir a nossa sociedade. Então eu quero chamar a atenção de V.Exas. justamente por conta dessa preocupação que tenho, em razão deste momento que estamos vivendo no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Assis do Couto, o último inscrito.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Relatores Setoriais e demais membros desta CPI, quero retomar o que eu disse na reunião anterior sobre a minha preocupação com relação ao papel da CPI neste momento da história brasileira, principalmente nessa questão do campo.

Sr. Presidente, eu sou do Paraná, um Estado que tem uma produção agropecuária extraordinária em praticamente todas as regiões. Nós fomos privilegiados pela terra e pelo clima que temos e pela gente que ali produz. E é importante que a CPI também possa, nesse ponto da reforma agrária, dar um contribuição positiva, porque parte dessa produção agropecuária do Paraná — não há dúvida — é feita pelos assentamentos da reforma agrária.

Nós temos assentamentos com altíssima produção no Estado do Paraná, e é preciso que a CPI também possa ressaltar esse aspecto, não apenas o lado



negativo dos assentamentos da reforma agrária. Esse para mim é um ponto fundamental.

E eu quero aqui dialogar também com os Deputados do Paraná — o Deputado Dilceu Sperafico eu sei que participa da CPI, o Deputado Evandro Roman e o Deputado Sergio Souza — para que nós pudéssemos tratar do assunto em audiência pública no Estado do Paraná.

Sr. Relator, eu gostaria de fazer um debate no Estado do Paraná para que pudéssemos também discutir sobre o território quilombola Paiol de Telha. Quilombolas foram expulsos dessa área brutalmente — eu diria assim — e agora estão conseguindo voltar ao seu terreno com inúmeras dificuldades. Eles estão lá em um acampamento precário. Já há decisão sobre o assunto, e eles vão poder voltar. Vai ser corrigida uma injustiça de muitos anos, de muitas décadas.

Há a questão de Passo Liso, em Laranjeiras do Sul, onde os agricultores familiares sofrem com a demarcação de uma terra indígena, fruto de um erro do Governo do Estado, que titulou terra pública da União, constatada como terra indígena, atingindo inclusive assentamentos de reforma agrária do INCRA. Hoje estão sofrendo os índios, os assentados da reforma agrária e os proprietários tradicionais. Então é um assunto importante do Estado.

A região de Quedas do Iguaçu, na famosa Araupel, que é uma área grilada do Estado do Paraná, hoje está em um conflito enorme. Ainda há a região de Guaíra, que já foi citada aqui, onde não tem muita explicação essa investida. Então nós temos realidades distintas no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, eu vou concluir, para ver se fico dentro dos meus 3 minutos, dizendo que minha esperança, a minha expectativa aqui, pela ligação que eu tenho com o campo, tanto com os pequenos, com os médios e também com grandes produtores que produzem neste País, é que possamos fazer desta CPI um instrumento. É como aquela comparação muito conhecida por nós todos: nós damos o banho na criança e jogamos a água suja fora; nós não damos o banho na criança para jogar a criança, a água e a banheira fora. Então que esta CPI possa tratar dessa forma esse tema dos quilombolas, dos indígenas e dos assentados em assentamentos de reforma agrária, sem cometer nenhuma injustiça e sem paralisar programas importantes do ponto de vista social, cultural e também econômico.



Muitos Municípios no meu Estado só continuam existindo hoje por conta dos assentamentos da reforma agrária, senão já tinham sido extintos.

Então, vamos trabalhar nessa direção. Não vamos jogar fora a criança junto com a água suja do banho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de aprovarmos a proposta global. Eu queria fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu lhe pediria, se fosse possível, para analisarmos só dois requerimentos. Depois, os Parlamentares poderão ser manifestar normalmente.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Era mais uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Oito Parlamentares inscritos já se pronunciaram, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Era uma sugestão para incluir na proposta global. Conceda-me 1 minuto só? Serei bem objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - A negação da participação de interessados, como indígenas e quilombolas, tem sido motivo de conflito aqui, e eu acho isso ruim para o Poder Legislativo.

Nós temos diferenças, em termos de opinião, sobre vários temas, mas não haveria comprometimento da segurança e da ordem dos trabalhos se V.Exa. garantisse, como princípio democrático, dentro das possibilidades de espaço aqui, desde que assim seja demandado, a presença das comunidades indígenas e quilombolas e outras entidades gerais interessadas no tema da reforma agrária, na questão do reconhecimento das terras remanescentes de quilombolas e na questão indígena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem, Deputado. Obrigado.

Passamos à deliberação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, em que momento nós vamos discutir os procedimentos da CPI? Esse documento foi disponibilizado, o



plano de trabalho não. Há um roteiro dos procedimentos que foi disponibilizado, se não me engano, ontem. Nós tivemos oportunidade de tomar conhecimento dele, mas há uma série de sugestões que nós queríamos fazer sobre o roteiro, para discutirmos aqui, no plenário.

Então, dentro da programação da sessão de hoje, em que momento nós vamos ter a oportunidade de fazer a leitura desses procedimentos e olhar cada item? Temos sugestão para aprimorar alguns procedimentos, com base na experiência da CPI anterior, e também para incluir outros.

Imagino que nós vamos conversar sobre isso entre os Parlamentares da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conforme foi estabelecido na ocasião da leitura da proposta do Relator, a qualquer tempo, qualquer Parlamentar pode oferecer sua sugestão para o plano de trabalho.

O plano de trabalho é uma proposta feita pela Presidência. Ele não é um documento a ser aprovado, porque, sendo apenas uma proposta de trabalho, pode ser modificado a qualquer tempo.

Nós não incluímos isso na pauta para o debate, mas podemos fazê-lo na próxima reunião ou após a deliberação dos requerimentos. Não há nenhum impedimento para que se faça isso. De qualquer sorte, se há alguma alteração a ser proposta, eu sugiro que ela seja feita por escrito, e nós a leremos na próxima semana.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, podemos encaminhar as sugestões de alteração?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com certeza! V.Exa. pode encaminhar a sugestão para o acordo de procedimentos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Da forma como foi com relação ao plano de trabalho, na próxima reunião...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há nenhum empecilho.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - ...depois, do conhecimento, podemos voltar a discutir e conversar aqui com relação a sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem, até porque, durante a CPI, em virtude de termos posições distintas com relação a vários temas, em algum momento certamente vamos ter que sentar para conversar de novo para



produzir acordos, para mudar procedimentos. Vamos ter que sentar para fazer isso. Não há nenhum impedimento, o que não nos obriga a concordar, mas a sentar para conversar, sim, para ouvir e receber propostas, com o maior prazer.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, a proposta do Deputado Edmilson, V.Exa. poderia acatá-la?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Essa é uma proposta só para a próxima reunião. Nós estamos agora na Ordem do Dia, e eu gostaria de continuar com a Ordem do Dia, por favor.

Passamos ao primeiro item da pauta.

Item 1. Requerimento nº 65, de 2016, do Deputado Nilson Leitão, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido, ora formulado, de requisição, ao Presidente da Câmara dos Deputados, da transferência e acolhimento dos autos da CPI FUNAI-INCRA nos termos que especifica.

A palavra está à disposição do proponente, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, nem vou usar todo esse tempo, mas, antes até da minha fala, eu quero registrar a presença do atual Prefeito de Alto Boa Vista, Leuzipe, um exemplo de Prefeito em Mato Grosso; do Prefeito eleito, que assume a partir do ano que vem, Valtuir; e do Vereador Silvinho.

Quero agradecer a presença dos senhores. É uma região que sofreu muito com conflitos. Faz muito gosto a todos nós a presença dos senhores aqui.

Sr. Presidente, na verdade, este requerimento já faz parte do bojo da CPI que ocorre doravante. Nós queremos usar toda a documentação, todas as informações e tudo o que ocorreu na CPI anterior para esta CPI que ocorre agora e futuramente.

A nossa requisição à Presidência da Câmara é que possa disponibilizar toda a documentação a esta CPI, para que possamos dar celeridade, e, quem sabe, também ela ocorra com mais rapidez, talvez nem precisando usar os 120 dias que podem ser utilizados. Já existe um encaminhamento do relatório. Com a documentação existente, é possível dar celeridade ao que já está ocorrendo e o que tiver de novo nós vamos incluindo.



Quero aproveitar para deixar o registro, até para dar tranquilidade aos Deputados que usaram da palavra preocupados se esta CPI seria uma caça às bruxas, uma destruição das nossas instituições, de que é muito pelo contrário. A prova de que existe uma intenção muito boa, que pode melhorar a vida do INCRA e da FUNAI, é que esta CPI nasce no Governo do PT, mas ela permanece no novo Governo, depois do *impeachment*. Ou seja, não é um problema apenas partidário, é um problema que essas instituições não estavam funcionando, tanto que nenhuma das demarcações que houve nos últimos 10 anos se concluiu, todas estão nos tribunais sendo debatidas.

Obviamente, é claro que o modelo como está não pode ser negado, tanto em relação ao INCRA quanto à FUNAI, mas muito mais em relação à FUNAI, que teve totalmente destruída a sua estrutura, a sua capacidade orçamentária. Houve uma paralisação total, fazendo uma contradição do discurso do Governo anterior. Não foi a partir de agora, desses 4 meses, que a FUNAI passou a viver esse caos orçamentário e financeiro; ela vem vivendo assim há muito tempo, deixando de participar dos debates mais importantes e também de uma nova forma de demarcação, atualizada, moderna, transparente, ouvindo a todos. Não é possível mais acontecer demarcação neste País sem se ouvir o Ministério Público local, os Prefeitos, os Vereadores, a sociedade civil organizada, que vai receber o impacto dessa demarcação, positiva ou negativa. Não é possível mais haver demarcações no Brasil de forma sorrateira, escondida, aparecendo na última hora para alguém poder fazer a defesa. Isso não é bom para o índio, não é bom para o proprietário de terra, não é bom para a segurança jurídica do País, não é bom para ninguém. Não tem sido bom para ninguém, para nenhum lado.

Eu acho que esta CPI pode colaborar muito, de forma propositiva, ao seu final, no sentido de fazer uma FUNAI forte, de fazer um INCRA forte, propositivo, com resultados, e não apenas com reclamações de ambos os lados. Hoje o assentado reclama, hoje o grande produtor reclama, hoje o índio reclama, hoje aqueles que estão perdendo terra em expropriações também reclamam. Não tem ninguém contente, os nossos tribunais estão cada vez mais cheios de processos, e não podemos deixar a Justiça decidir, sendo que nós temos uma Casa Legislativa que pode resolver isso.



Então, podem ficar tranquilos, porque eu não tenho dúvida nenhuma a respeito desta Relatoria, desta Presidência, do trabalho dos Sub-Relatores e de todo aquele que quer o melhor para o Brasil. Nós vamos ter sim uma CPI transparente, propositiva, no sentido de equacionar, mas também, é claro, de trazer às claras os malfeitos e os malfeitores que destruíram esse setor durante muito tempo, e não é só de agora, não é só do Governo anterior, é de há muito tempo.

Então, essa é a minha posição, e peço a aprovação deste requerimento para que o Presidente da Casa possa autorizar o uso de todas as informações de todo o trabalho já feito por esta CPI até agora.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto para encaminhar a matéria, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu queria encaminhar contrariamente à aprovação desse requerimento por uma razão muito simples: nós estamos começando uma CPI que pretende apurar irregularidades no INCRA e na FUNAI. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito neste Parlamento deve ter causa, justificativa que seja de âmbito nacional e ser de interesse público. Nós entendemos que há um déficit no atendimento das populações do ponto de vista das políticas públicas desses dois órgãos — o INCRA e a FUNAI —, como o próprio Deputado Nilson Leitão, Relator e proponente do requerimento, acabou de dizer. Portanto, nós temos um déficit muito grande de atendimento dessas políticas públicas.

Eu tenho a expectativa de que esta CPI vá no sentido de aprimorar esses órgãos, o INCRA e a FUNAI, e de aprimorar essas políticas. Hoje, se não me engano, em torno de 120 mil famílias vivem debaixo de lona preta, debaixo do sol, neste País todo — não é pouca coisa. É desumano, e esta Casa precisa olhar com carinho para isso.

Há também milhares de famílias de quilombolas que estão aguardando a terra, que foram expulsas de suas terras e querem voltar para a terra.

Nós temos o entendimento, a Constituição brasileira tem esse entendimento e a sociedade brasileira também tem o entendimento de que muitos povos indígenas estão sendo dizimados porque não têm um pedaço de terra. A terra — isso já ficou



definido cientificamente — é fundamental para a manutenção da cultura dos indígenas, para se reproduzirem natural, social e culturalmente.

Esses órgãos existem para atender essas políticas. Esta CPI vai nesse sentido. O argumento principal para estarmos instalando uma CPI que busca soluções para essas populações, para esses brasileiros que têm déficit de atendimento de política pública, é que o Estado não os atendeu ainda adequadamente. E, na CPI INCRA e FUNAI anterior, não ficou muito claro o objetivo. Ela ficou viciada pelo ponto de vista das pessoas que vieram aqui contribuir.

Na CPI anterior, vários requerimentos foram aprovados por diversos Parlamentares. Muitos desses requerimentos sequer foram pautados porque, naquele momento, a Mesa fazia uma classificação de quem deveria vir e de quem não deveria vir.

Portanto, toda documentação ou, pelo menos, a maior parte da documentação da CPI anterior, atendeu a apenas um lado. Talvez tenha sido a CPI que mais foi judicializada em toda a história das CPIs deste Parlamento.

Então, eu queria entender por que trazer a documentação de uma CPI que foi altamente judicializada, de uma CPI que não foi democrática do ponto de vista de trazer as pessoas que viriam aqui para contribuir, de uma CPI que atendeu praticamente só a um lado.

Sabemos que há disputa pela terra. Há disputa de visões aqui dentro de como que deve ser o INCRA, de como dever ser a FUNAI, de como devem ser atendidas essas populações. Então, eu não sei o quanto essa documentação vai contribuir. Eu imagino que a documentação da CPI anterior não vá contribuir em nada com esta CPI que está sendo instalada, numa perspectiva de buscar o melhor caminho para poder estruturar melhor a FUNAI, estruturar melhor o INCRA, para atender as políticas públicas que estão lá designadas para esses órgãos.

Então, encaminhamos contra a matéria. E queremos, inclusive, entender melhor o pedido de trazer uma documentação que, de repente, vai contribuir pouco para esta CPI que está começando agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para encaminhar contrariamente à matéria, concedo a palavra a Deputada Erika Kokay.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, esta é uma nova CPI. Esta é uma nova CPI e não pode ser a continuidade da outra CPI. Isso nem é permitido pelo nosso Regimento. O Regimento não permite isso. Nós temos uma série de objetivos nesta CPI, mas eles têm que estar todos sob o limite da Constituição. Nada é permitido fazer que fira a própria Constituição. Nada é permitido que se construa sem que tenhamos como balizamento a vontade do próprio povo, expresso pelos Constituintes, que originaram uma Carta Magna que fala dos direitos, inclusive dos direitos da população indígena, que fala dos direitos à terra, do direito originário dessa população.

Então, portanto, não se pode fazer com que haja uma CPI que não se disponha a investigar um fato determinado e a dar respostas. E a CPI tem função não apenas de apurar ou de investigar denúncias, mas ela também tem uma função propositiva, para contribuir para o aprimoramento das instituições republicanas e democráticas, onde se inclui o INCRA e a FUNAI, que são órgãos absolutamente fundamentais. Não podem, portanto, passar pela desqualificação dos objetos e objetivos mais imediatos de segmentos da própria sociedade. Eles têm que ser preservados, porque são órgãos que cumprem a função precípua de assegurar o que está previsto na Constituição. Então, a CPI também tem o objetivo de fazer proposições, para que o processo democrático, para que a República possa funcionar naquilo que lhe cabe, na sua própria condição intrínseca de república e de democracia.

Então, nesse sentido, a CPI anterior, como disse bem o Deputado Tatto, foi extremamente judicializada, e inclusive teve alguns dos seus atos anulados pelo próprio Poder Judiciário. As quebras de sigilos, por exemplo, foram anuladas. Encontrou-se no Supremo uma avaliação de que elas feriam o próprio preceito legal e que feriam preceitos constitucionais.

Então, portanto, quando eu digo *“eu vou trazer tudo que foi de uma CPI para esta CPI”* e, a partir daí, eu construo uma continuidade dos trabalhos, eu trago uma CPI que foi cheia de polêmicas — polêmicas aprofundadas, acaloradas —, que foi palco dessas polêmicas, em que se desnudaram interesses, e são interesses muito claros, interesses em que se incluem interesses da própria terra. E o interesse da terra, eu repito, ele não pode ser maior do que a própria Constituição, não pode ter



nele as estacas que cercam as terras, não podem ser estacas fincadas na Constituição brasileira, na perspectiva de feri-la.

Então, portanto, frente a tudo isso, nós vamos começar. Temos que começar de novo. Temos que começar de novo, até porque houve uma desigualdade muito grande de opiniões. Vários requerimentos que apresentamos foram aprovados e eles não se traduziram em espaços de discussão, porque eles foram preteridos — e não foi discutido conosco por que houve esse processo. Eles foram preteridos em função de outros requerimentos.

Nós presenciamos, portanto, na CPI anterior, um lado se expressando com profundo gigantismo, com profundo gigantismo. Mas os segmentos que têm seus direitos assegurados por esses dois órgãos, absolutamente esqueletizados. As proposições aprovadas que fizemos de depoentes, de convites, enfim, de discussões, elas foram praticamente desconsideradas.

Então, eu vou partir de um acúmulo de um acúmulo, que é um acúmulo parcializado. É um acúmulo que não retrata a pluralidade desta CPI. E, além disso, eu não sei ao certo se isso vai envolver documentos que já tiveram uma avaliação do próprio Supremo Tribunal Federal, na perspectiva de que seriam documentos não validados ou documentos inutilizados.

Por isso, nós somos contrários a trazer de volta o trabalho de uma CPI, porque nós queremos começar uma nova CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, para fazer uma manifestação a favor da matéria. S. Exa. é o único inscrito.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, apenas para que não fique só uma verdade para a opinião pública, pois a reunião está sendo transmitida pela Internet para o mundo, nós temos que fazer alguns contrapontos em relação ao que nós ouvimos aqui.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Na *Globo* também.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Na Internet. Está lá “ao vivo”, Deputado.

Falou-se aqui que esta era uma CPI contra negros, índios e pobres. É o mesmo discurso de sempre. Querem que o nosso Deputado Alceu Moreira mude sua



posição, seu entendimento, seus princípios e seu caráter é querer que mude o discurso do PT. É a mesma coisa! Não vai mudar, porque, realmente, o nosso Deputado tem sua posição, e ela tem que ser respeitada. O PT faz apologia àquilo que entende, e nós entendemos diferente.

Agora, dizer que esta CPI não tem objeto? Eu acho que os Deputados teriam que dar uma passada na Secretaria, Deputado Nilson, para ver a documentação da CPI que está lá. Nós queremos que migre todo esse processo para esta CPI. Essa é a questão que está sendo levada no requerimento que foi feito aqui.

Sr. Presidente, inclusive, faço uma proposta para que os dois requerimentos sejam votados conjuntamente. Não tem por que trabalhar e discutir cada um, porque assim perdermos o nosso tempo aqui.

Realmente, esta CPI vai levantar problemas e apontar soluções para os assentamentos, para a questão indígena, para acabar com os conflitos. As pessoas não querem que se faça isso, mas nós queremos acabar com o conflito. É simples, basta respeitar a Constituição, em de 5 de outubro de 1988, quem estava na área é o proprietário. Mas não querem reconhecer isso. O Supremo Tribunal Federal já disse isso. Quem mais tem que dizer isso para entendermos por que o conflito está aí?

Nós queremos, sim, trazer aqui indígenas. Vamos trazer indígenas aqui, sim, e também assentados, que vão mostrar o outro lado, o lado do MST, das falcaturas, dos desvios. Vamos mostrar o índio que quer o desenvolvimento, o índio que quer trabalhar, que quer produzir. Esse outro lado nós vamos trazer, sim, para que não fiquem dúvidas de que nós estamos contra isso ou contra aquilo. Nós queremos resolver o problema. Esperamos que todos os Deputados ajudem, para que nós consigamos fazer isso no menor prazo possível.

Sou favorável ao requerimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Golpista não segue Constituição!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o encaminhamento, está em votação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não há encaminhamento?
Não há debate?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. já falou.

Está em votação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, Presidente, eu tenho direito de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O encaminhamento é a orientação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, não. É orientação de partido. V.Exa. tem que abrir a discussão da matéria.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem, Deputado. V.Exa. tem 1 minuto para fazer a discussão.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, são 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A discussão já foi feita. V.Exa. tem 1 minuto para encaminhar.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Que discussão foi feita?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, V.Exa. já falou. Deputado, V.Exa. sequer é membro da CPI.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não importa, sou Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não é membro da CPI para... Para se manifestar, sim.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vai querer cassar o meu mandato?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para encaminhar, V.Exa. tem que ser membro desta CPI ou Líder.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Olha aqui, Deputado:

“Art. 57.

.....
VII - durante a discussão na Comissão, podem usar da palavra o Autor do projeto, o Relator, demais membros



e Líder, durante 15 minutos improrrogáveis, e, por 10 minutos, Deputados que a ela não pertençam; é facultada a apresentação de requerimento de encerramento da discussão após falarem dez Deputados;”

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Presidente, a discussão é extemporânea, já pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É fato vencido...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não, tem direito a 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está aberto para encaminhamento por 1 minuto. V.Exa. quer usar 1 minuto? Senão, vou colocar em votação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu vou usar 1 minuto, Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Ele tem direito a 10 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Na verdade, eu não vim aqui com o espírito de guerra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nem eu.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu até fiz uma fala lhe propondo...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Presidente, ele tem direito a 10 minutos. Está aí no Regimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Então, saiam V.Exas., nós ficaremos aqui falando 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra não está à sua disposição, Deputado Valmir Assunção. Está com o Deputado Edmilson por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Só estou orientando a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. tem 1 minuto, por favor, para orientar.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Bem, quero sugerir a V.Exa. que mude esse espírito autoritário, porque a CPI precisa ter um clima mínimo de respeito, de democracia.

Quero dizer que semana passada vivemos aquele drama de uma sessão interrompida. A sessão do Congresso prevista para as 17 horas foi inviabilizada, porque um grupo de lunáticos entrou, querendo a presença de um general, o Comandante-Geral das Forças Armadas, para sair daqui já com um golpe de Estado viabilizado. É difícil até acreditar, mas isso ocorreu aqui. Havia gente armada, segundo o 1º Secretário. Então...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deixe-o falar, por favor. A palavra está à disposição do Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E hoje aproveito esses segundos para trazer, com muita tristeza, a informação de que indígenas querendo participar aqui de...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo, Deputado. V.Exa. já teve 1 minuto para orientar. Já terminou o seu minuto.

A palavra está à disposição dos Parlamentares. Um minuto para orientar, pessoal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Já terminou o seu minuto. É por partido. Orientação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Pelo PSOL, agora. Eu quero orientar pelo PSOL. V.Exa. vai ter que me dar 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu já lhe dei 1 minuto para poder... V.Exa. já orientou. A palavra que eu lhe dei era para orientação, Deputado.

Eu gostaria... Se V.Exas. querem que....

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, permita 20 segundos. Eu não estou querendo bagunçar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se V.Exas. querem que a CPI funcione, nós vamos ter que ter respeito pelo Regimento. Não podem vir aqui com o único objetivo de obstruir a Comissão.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Permita-me só concluir o raciocínio? Não, Presidente, eu não estou... Permita 20 segundos?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, o PMDB orienta "sim".

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, 20 segundos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem, use os 20 segundos, Deputado!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Então, em 20 segundos, vou dizer que é importante que se diga aqui... Não quero dizer que V.Exa. tem concordância com isso, mas não é justo tratar os povos indígenas que vêm a este Poder, chamado Casa do Povo, com *spray* de pimenta e violência, como ocorreu há pouco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem, Deputado. Conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ... quando golpistas entram armados no plenário deste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem. Obrigado.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - O PSD vota favoravelmente.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB, "sim".

(Não identificado) - O Partido Progressista, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - "Sim".

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - O PSB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Partido Progressista vota "sim".

Mais algum partido?

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - Sr. Presidente, o PRB vota "sim".

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, o Partido dos Trabalhadores é contrário. É contrário a trazermos um acúmulo, que foi um acúmulo muito nefasto, nefasto para a democracia, nefasto para a pluralidade. Nós



testemunhamos um rol de irregularidades que provocaram, inclusive, uma série de ações. Uma delas, pelo menos, foi acatada pelo próprio Supremo, que foi a arbitrariedade de se tentar quebrar sigilos bancários e fiscais da forma como se deu. Portanto, nós somos contrários a trazer esta memória.

Nós achamos que esta CPI continua com problemas, porque ela também não tem fatos determinados. Ela continua carregando o mesmo problema que a originou, carregando esse pecado original que precisa ser superado, e nós não podemos sedimentar isso. Sedimentar isso significa trazer o que ela acumulou de extremamente nefasto para a democracia e para os interesses dos povos indígenas e quilombolas, com a nítida intenção de criminalizar INCRA e FUNAI para poder servir de apêndice e alimento à PEC 215.

Então, nós não podemos concordar com essa proposição. Por isso, votamos contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está em votação.

Os Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Aqueles que concordam com o requerimento. *(Pausa.)*

Foi aprovado o requerimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Foi aprovado o requerimento, com os votos contrários da Deputada Erika Kokay e dos Deputados Patrus Ananias, Nilto Tatto, João Daniel e Valmir Assunção.

Requerimento nº 66, também de autoria do Deputado Nilson Leitão, que requer que seja submetida à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição de servidores de órgãos externos à Câmara dos Deputados, nos termos que especifica.

A palavra está à disposição do Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Mas eu ainda nem encaminhei o requerimento para votação. Vou lê-lo primeiro. Depois, V.Exa. debate.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É porque foi dado um golpe à democracia, ainda agorinha. Estão ficando acostumados a isso.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - É uma prática.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - E olha, Deputado Edmilson, o tanto que eu torci para V.Exa. ganhar aquela eleição em Belém! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Lá também deram golpe?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ganhei nas urnas. Perdi na fraude. O outro já teve duas condenações.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos termos das disposições constitucionais, nós estamos requerendo, para apoio a esta CPI, o Delegado de Polícia Federal Marcelo Augusto Xavier da Silva, que é titular da Delegacia de Barra do Garças, em Mato Grosso; o Procurador do Estado do Rio Grande do Sul Rodinei Escobar Xavier Candeia, em exercício na Procuradoria Regional de Erechim, no Rio Grande do Sul; o Dr. Rodrigo de Azevedo e Silva, advogado da TERRACAP, no Distrito Federal; um advogado da Advocacia-Geral da União; e um auditor do Tribunal de Contas da União.

Os dois primeiros servidores requisitados são especialistas em questões indígenas e dotados de profunda bagagem jurídica, conhecendo de perto os graves problemas que dizem respeito aos povos indígenas e à demarcação de terras. Durante os trabalhos da CPI da FUNAI e INCRA, tiveram destacada atuação, compartilhando conhecimento e informações, junto com os demais consultores e servidores da Casa, em prol da apuração dos fatos investigados e contribuindo, de forma decisiva, para muito do que se conseguiu perscrutar a respeito dos conflitos fundiários.

O advogado da TERRACAP, por sua vez, possui profunda bagagem jurídica, em particular sobre conflitos fundiários, objeto natural desta CPI.

Quanto ao advogado da Advocacia-Geral da União e do auditor do Tribunal de Contas da União, são órgãos vocacionados para o apoio que esta Comissão, certamente, necessitará para o desenvolvimento dos seus trabalhos.



Ou seja, é uma equipe de assessoria a ser montada, somando-se já à equipe da Casa, de altíssima competência.

Nós solicitamos, Sr. Presidente, a aprovação desse requerimento. É claro que isso não prejudica a colaboração de outras pessoas com esta Comissão, e isso poderá ser votado num próximo momento.

Então é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para encaminhar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, Presidente. Tem que abrir o debate. Eu me inscrevi, tenho 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Veja o que diz o art. 192:

“Art. 192. Anunciada uma votação, é lícito usar da palavra para encaminhá-la, salvo disposição regimental em contrário, pelo prazo de 5 minutos, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, ou que esteja em regime de urgência.

§ 1º Só poderão usar da palavra quatro oradores, dois a favor e dois contrários, assegurada a preferência, em cada grupo, a Autor de proposição principal ou acessória e de requerimento a ela pertinente, e a Relator.”

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas eu me inscrevi para debater antes da votação. O próprio proponente da questão disse que eu ainda nem falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estamos em processo de votação. É de votação!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Que votação? Ele fez um uma proposição, um requerimento. Tem que abrir o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está a palavra com o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, eu pedi a inscrição não para encaminhar contra nem a favor. Eu pedi a inscrição porque eu queria...



Eu sou favorável à CPI requisitar servidores que venham nos ajudar no trabalho, aprimorar o trabalho. Nesse sentido, inclusive, eu até apresentei hoje um requerimento que vai nessa mesma linha.

Eu queria conversar com os nobres colegas aqui para aprovarmos em bloco, os dois que estão sendo requisitados, os apresentados no requerimento do Deputado Nilson Leitão e um servidor que eu também estou propondo. Eu queria apresentá-lo, inclusive, aqui, e a gente aprovar... Eu queria propor, na verdade, um acordo para aprovarmos em bloco os nomes dos três que estão sendo indicados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, se o Plenário concordar, eu aceito inclusive votar neste momento em bloco. Se o Plenário concordar, não há nenhum problema. O Plenário é soberano.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, eu queria apresentar, inclusive, o nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Eu só gostaria de ajudar o Deputado Nilto Tatto. Se nós estamos com o espírito de começar esta CPI com essa discussão ampla, colocando todos os lados, eu acho que nós deveríamos aceitar, sim, a sugestão do Deputado Nilto Tatto, mas também suspendermos as discussões aqui e já pormos isso em votação, se o Deputado Nilto Tatto e os demais Deputados concordarem, para não entrarmos...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de falar.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Pois não, Deputada.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Questão de ordem, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu só quero fazer uma recomendação, Deputado, só um registro.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, há uma questão de encaminhamento aqui...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Se V.Exa. me permite, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estou de acordo que nós possamos construir um consenso e que nós possamos incluir o nome sugerido pelo Deputado Nilto Tatto e que nós possamos votar sem discussão.

Eu só queria fazer uma única recomendação. Foi colhido por um desses servidores que estão sendo mais uma vez requisitados um depoimento em caráter sigiloso na CPI, um depoimento inclusive que eu não sabia que existia e que envolvia o meu nome. De repente, eu vi esse depoimento na íntegra na mão de um órgão de comunicação, de uma televisão, que veio me entrevistar. E eu disse: *“Bom, mas eu não estou sabendo disso”*. E me disseram: *“Não, foi colhido em sigilo”*. Perguntei: *“Se foi colhido em sigilo, como é que vocês têm a íntegra do depoimento?”* Essa televisão tinha a íntegra do depoimento, que foi colhido em sigilo por esta Comissão.

Isso fez, inclusive, Sr. Presidente, com que eu apresentasse um requerimento à própria Mesa Diretora desta Casa para investigação, porque, se o depoimento é em sigilo, nós não podemos permitir que ele, na íntegra, seja encaminhado a um órgão de imprensa, porque isso vai contra o Regimento, vai contra a própria CPI. Isso, em verdade, fere qualquer parâmetro.

O Deputado Sergio foi Relator de uma CPI e sabe o que significa isso, que o depoimento colhido em sigilo não pode ser transportado. Eu não sei se o responsável por esse vazamento está dentre as pessoas que aqui estão indicadas. Por isso, eu não gostaria de ser leviana, mas apenas gostaria que houvesse um rigor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, eu só queria lhe dizer que a palavra está com o Deputado Nilto Tatto. Eu lhe dei 1 minuto para V.Exa. se expressar, e V.Exa. está fazendo uma reclamação fora do contexto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não é fora do contexto, Sr. Presidente, porque o depoimento em questão foi colhido por uma das pessoas... Não estou dizendo que foi ele o responsável pelo vazamento, mas apenas que nós vamos ter pessoas de fora da própria Casa...

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Deputada, V.Exa. já deu o recado. V.Exa. já deu o recado. V.Exa. tem razão, e está dado o recado. Vamos avançar.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, apenas quero dizer que está dentro do contexto, não está fora do contexto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está tudo bem.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, Sr. Presidente, nobres colegas, é o Carlos Henrique Gondim, Procurador Federal Especializado, que está lotado na Procuradoria Regional Federal da 1ª Região. Ele é também um especialista nos assuntos objetos desta CPI. Então, esse é o nome que estamos sugerindo aqui para também contribuir com os trabalhos da CPI.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, eu não tenho nenhum problema, eu também concordo em incluí-lo, mas não pode ser nessa forma. É preciso apresentar o requerimento com o nome, não apenas incluí-lo. É preciso apresentar o requerimento com o nome, como foi apresentado dos demais. Eu me comprometo a votar favoravelmente, junto com os demais colegas, mas tem que ser apresentado o requerimento em separado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu queria até justificar. Eu estou com o requerimento pronto aqui.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Tem que haver o requerimento.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Tentei dar entrada, mas só consegui dar entrada a ele hoje de manhã, porque eu estava aguardando retorno. Como há um acordo aqui, assinamos...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Deixe-me só concluir.

Eu acho que se é a questão da confiança que precisa ser restabelecida aqui, já começa por aí. O requerimento que está em votação aqui tem quatro nomes: o de um delegado federal, também o de um procurador, e estamos solicitando ao TCU que indique também outros nomes. Nem nominamos quem é, os órgãos é que vão indicá-los. Com um novo nome, é preciso que V.Exa. encaminhe um novo requerimento. Aí, o Presidente decide se vai aceitar o requerimento — não sou eu quem tem que decidir —, se vai aceitar o novo requerimento agora ou não. Eu não quero prejudicar...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Relator pode incorporar como sugestão sua.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu não quero prejudicar a votação deste requerimento agora, porque eu tenho urgência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para eu poder fazer essa votação hoje, tem que haver concordância unânime.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Eu peço ao Relator que concorde com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se não há, apresentem o requerimento, e nós o votamos na próxima sessão. Eu me comprometo a colocar em votação...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estou com o requerimento em mão, e ele já foi protocolado na Secretaria hoje de manhã.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Se todos nós concordarmos, votamos hoje.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu posso pegar as assinaturas aqui, Relator. Vamos avançar?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Apresente o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Relator, incorpore-o. Pronto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, se precisar, eu leio o requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Deputado Nilson, ponha à apreciação do Plenário, e V.Exa. tira a sua responsabilidade. Se o Plenário concordar, incorpore...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu só estou dizendo que é uma questão regimental: é preciso apresentar o requerimento com o nome.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está aqui.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu estou concordando totalmente, só não posso incluir o nome no meu requerimento.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, faça a leitura do requerimento. Nós votamos o requerimento indicado e votamos esse outro extrapauta nesta sessão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É uma questão regimental.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Nilto Tatto...

Como nós vamos votar o requerimento extrapauta, eu consulto V.Exas. se podemos votar esse requerimento agora, esse que nos foi indicado, e imediatamente fazer a outra votação.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Tem que ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está em votação.

Os Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Conforme acordo, está em discussão a requisição...

Srs. Deputados, nós todos sabemos — todos sabemos — que nós temos um problema de natureza regimental. Eu estou me baseando no fato de que o Plenário é sempre soberano. Se nós temos a unanimidade e não há discordância, quem vai reclamar do que todos concordamos?

Então, está em votação o requerimento ora apresentado pelo Deputado Nilto Tatto, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição de servidor de órgão externo à Câmara dos Deputados, nos termos que especifica.

Está em votação.

Os Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, eu posso falar 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, eu acredito que a Deputada Erika colocou aqui uma questão muito pertinente sobre o vazamento de uma tomada de depoimento sigilosa. Eu acredito que seria importante a Presidência tomar providências para saber se foi um servidor ou não, para saber quem vazou o depoimento para a imprensa. Acho que isso é importante, até para poder haver mais transparência entre nós.

Era isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Valmir Assunção, só para lhe deixar claro, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem uma composição de 30 nomes. Cada um deles tem direito a ter um assessor, indicado, que tem acesso aos documentos a qualquer hora. O fato de haver um depoimento sigiloso quer dizer que os Parlamentares e os seus assessores de confiança podem ter acesso.

Agora, para nós apurarmos isso, temos que apurar de quem é a responsabilidade do vazamento. Pode ser de um dos 30 Deputados ou pode ser de um dos 30 assessores. Eu sei lá quem foi!

Como se trata da CPI anterior, e ela tinha sido concluída, a Deputada Erika Kokay já fez esse requerimento à Mesa da Casa, que é quem tem que fazer esse processo. Nesta CPI não aconteceu esse fato.

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.